

A estratégia de desenvolvimento local pela atuação em rede do poder público com as organizações da sociedade civil: uma revisão integrativa

The local development strategy through public power networking with civil society organizations: an integrative review

La estrategia de desarrollo local a través de la red de poder público con organizaciones de la sociedad civil: una revisión integrativa

Recebido: 28/01/2020 | Revisado: 11/02/2020 | Aceito: 18/04/2020 | Publicado: 20/04/2020

Pedro Henrique Dutra

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5587-159X>

Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri, Brazil

E-mail: pedrodutrah@gmail.com

Ciro Meneses Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8687-0987>

Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri, Brazil

E-mail: cirosantos@gmail.com

Carlos Alberto Dias

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5286-6637>

Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri, Brazil

E-mail: carlos.dias@ufvjm.edu.br

Agnaldo Keiti Higuchi

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8719-6154>

Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri, Brazil

E-mail: agnaldo.higuchi@ufvjm.edu.br

Resumo

A construção de uma rede de atuação entre o Estado e a sociedade civil é um ponto que exige muita atenção quando se discute sobre estratégias de desenvolvimento local. No caso brasileiro, o tema possui importância constitucional ao se observar que a criação de uma sociedade solidária é um dos objetivos fundamentais da República. Apesar disso, ainda se observa uma baixa produção acadêmica brasileira sobre o tema de redes entre o poder público e as instituições privadas sem fins lucrativos. Assim, neste trabalho, objetiva-se identificar os

trabalhos teóricos nesse campo através de um levantamento bibliográfico da literatura nacional. Para isso, é feita uma análise de citações dos trabalhos acadêmicos, por meio da qual são feitas delimitações para concentração no tema de criação de redes entre os setores público e privado. Como resultado, indica-se no trabalho que se encontram produções nacionais com foco na avaliação dos efeitos das redes sobre o desenvolvimento das comunidades afetadas, como o empoderamento do grupo de atores diretos e modificação de ações estatais pela influência da relação de parceria estabelecida, por outro lado, ainda é baixa a produção teórica sobre a configuração dessas redes.

Palavras-chave: Revisão bibliográfica; Organizações da sociedade civil; Potencialidades; Redes.

Abstract

The construction of a network of action between the State and civil society is a point that requires a lot of attention when discussing local development strategies. In the Brazilian case, the theme has constitutional importance when observing that the creation of a solidary society is one of the fundamental objectives of the Republic. Despite this, there is still a low Brazilian academic production on the topic of networks between the public power and private non-profit institutions. Thus, in this work, the objective is to identify theoretical works in this field through a bibliographic survey of national literature. For this, an analysis of citations of academic works is made, through which delimitations are made to concentrate on the theme of creating networks between the public and private sectors. As a result, it is indicated in this work that national productions found have a focus on assessing the effects of networks on the development of affected communities, such as the empowerment of the group of direct actors and modification of state actions by the influence of the established partnership relationship, on the other hand, theoretical production on the configuration of these networks is still low

Keywords: Literature review; Civil society organizations; Potentialities; Networks.

Resumen

La construcción de una red de acción entre el Estado y la sociedad civil es un punto que requiere mucha atención cuando se discuten estrategias de desarrollo local. En el caso brasileño, el tema tiene importancia constitucional al observar que la creación de una sociedad solidaria es uno de los objetivos fundamentales de la República. A pesar de esto, todavía hay una baja producción académica brasileña en el tema de redes entre el gobierno e instituciones privadas

sin fines de lucro. Así, en este trabajo, el objetivo es identificar trabajos teóricos en este campo a través de una encuesta bibliográfica de literatura nacional. Para ello, se realiza un análisis de citas de trabajos académicos, a través del cual se realizan delimitaciones para concentrarse en el tema de la creación de redes entre los sectores público y privado. Como resultado, en el trabajo se indica que las producciones nacionales se centran en evaluar los efectos de las redes en el desarrollo de las comunidades afectadas, como el empoderamiento del grupo de actores directos y la modificación de las acciones estatales por la influencia de la relación de asociación establecida, por otro lado, la producción teórica sobre la configuración de estas redes sigue siendo baja.

Palabras clave: Revisión bibliográfica; Organizaciones de la sociedad civil; Potencialidades; Redes.

1. Introdução

Na sociedade moderna registramos a ocorrência de três amplos setores bem delineados, com o Estado representando o primeiro setor; o segundo setor apresenta as organizações do mercado privado e, compondo o terceiro setor, tem-se a sociedade civil (Santos; Oliveira & Rocha, 2013, p. 38).

As organizações da sociedade civil – OSC's integram o campo conhecido como “Terceiro Setor”, que é uma expressão utilizada pela maioria dos autores que estudam os fenômenos do cooperativismo, do associativismo e de iniciativas populares (Gattal & Bernardes, 2013, p. 56) e tem como uma das principais características a sua composição (Gonçalves *et al.*, 2017, p. 904).

Com a globalização, as ações em nível mundial são imprescindíveis (Mostagi *et al.*, 2019, p. 113) e, assim, a inovação social tem ganhado um interesse considerável (Andion *et al.*, 2017, p. 370), nesse novo cenário, o Terceiro Setor apresenta um crescimento de importância contínua na sociedade mundial e à medida de sua proliferação surgem questões importantes relacionadas ao Estado e a sociedade civil (Baião; Peci & Costa, 2015, p. 345).

No Brasil, assim como ocorreu na terceirização de atividades estatais para o mercado lucrativo, esse evento também tem tido uma relevância crescente para a disponibilização de serviços públicos (Mendonça & Falcão, 2016, p. 43).

Em verdade, o tema da descentralização de serviços do Estado está presente em todos os debates sobre o processo de desenvolvimento dos países periféricos, ou, ainda, na discussão sobre as estratégias de governo e gestão dos países (Mansur & Teodósio, 2016, p.

682).

Nas últimas décadas no Brasil, segundo Morgana Krieger e Carolina Andion “as organizações da sociedade civil (OSC) vêm assumindo novos papéis na esfera pública brasileira e isso vem proporcionando mudanças na sua identidade e transformando suas fontes habituais de legitimidade” (Krieger & Andion, 2014, p. 84).

Para Patrícia Mendonça, “o papel e a relevância das Organizações da Sociedade Civil (OSC) no Brasil são amplamente discutidos na esfera política, social e jurídica” (Mendonça & Falcão, 2016, p. 43).

O conceito contemporâneo de sociedade civil, então, encontra na participação cidadã seu principal instrumento de ação e na democracia o seu pressuposto básico (Penteado; Santos & Araújo, 2014, p. 213).

No tocante à relação que esses grupos desenvolvem com o poder público, se nota que um ambiente mais propício às parcerias vem sendo criado a partir de 2003 (Tripodi & Sousa, 2016, p. 307).

É preciso compreender, porém, que não poderá ser tratada como um processo de contratação ou como mera extensão do organismo público.

Suas peculiaridades devem ser respeitadas em atenção à dinâmica de sua formação. Para Jean-Louis Laville “nem toda associação formada por iniciativa de pessoas livres tem finalidades políticas, mas em cada uma se constata o poder da ação conjunta” (Laville, 2016, p. 371).

Vemos, ainda, que na atual sistemática social do mundo globalizado, a sociedade civil organizada tende a agir por meio de atuação em rede. Assim, se promove a articulação com redes de movimentos sociais e atuação através da formação de parcerias entre as esferas pública, privada e estatal, promovendo uma maior participação popular na governança urbana ((Penteado; Santos & Araújo, 2014, p. 208).

A tendência de atuação em rede implica no reconhecimento da necessidade de modernização dessas organizações, o que, no Brasil, materializou-se pela Lei nº 13.019/2014 que apresentou o novo marco legal regulatório do setor conhecido pela sigla MROSC (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil).

Na importante explicação de Patrícia Mendonça e Domenica Silva Falcão:

Em termos de regulamentação, as inovações ficam por conta da possibilidade de atuação em rede das OSCs, da criação de um instrumento específico para propostas das OSCs e de outro que permita a cooperação para além da transferência de recursos e da preocupação com a transparência e com critérios mais claros para a realização dos

chamamentos públicos, com ênfase no controle de resultados. (Mendonça & Falcão, 2016, p. 53)

A partir da construção acima, se vê que há um terreno preparado para elevar as parcerias entre as OSC's e o poder público para um outro nível em razão da mudança de paradigma global sobre o terceiro setor acompanhada das inovações legais no Brasil.

Pode-se determinar aqui, então, que o objetivo deste trabalho é identificar os trabalhos científicos que tratam do tema e suas principais análises e resultados, para escrutinar a literatura brasileira nesse campo de modo a contribuir para direcionar novos estudos.

2. Metodologia

Para realização do diagnóstico que se pretende desenvolver sobre o estado da arte das pesquisas científicas mais relevantes sobre o tema se optou pela revisão integrativa. Esse método de pesquisa permite realizar uma síntese da produção de conhecimento e resultados encontrados de significativos estudos (Souza *et al.*, 2010, p. 102).

Trata-se, então, de um método de estudo pautado na coleta de dados que evidencia que a pesquisa bibliográfica é uma das melhores formas de alcançar os resultados esperados, pela perseguição das semelhanças e diferenças encontradas nos documentos de referência (Souza *et al.*, 2010, p. 103).

A pesquisa sobre o tema abordado foi realizada na plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, (CAPES), no seu portal eletrônico de periódicos, durante o mês de novembro do ano de 2019 e com base nas publicações a partir do ano de 2014.

Foram utilizados nas pesquisas os seguintes descritores: {[Qualquer], [contém], [exato],[and]},{[Organização da Sociedade Civil], [Desenvolvimento Local], [Desenvolvimento regional em rede], [terceiro setor]}. Os descritores utilizados foram colocados entre chaves e colchetes para direcionar a busca dentro dos parâmetros desejados, sendo selecionados com base nas palavras principais do título das publicações científicas considerando os últimos cinco anos.

A partir do método utilizado foi possível obter o retorno combinado das buscas totalizando 162 resultados, considerando que 18 resultados pela combinação entre os descritores “organização da sociedade civil” e “rede”; 04 resultados da combinação de “organização da sociedade civil” e “desenvolvimento local”; 04 resultados da combinação de

“organização da sociedade civil” e “terceiro setor” e os outros 136 resultados da combinação de “rede” e “desenvolvimento local”.

Nota-se que foram encontradas publicações ao longo de todo o período utilizado como critério de busca. Dos artigos encontrados se observa que há uma margem temática muito grande, o que demonstra que o tema pode atrair vários objetos de estudo como foco central.

É preciso reconhecer, ainda, que a pesquisa apresenta limitações já que a amostra de artigos foi extraída, exclusivamente, da base de dados do portal de periódicos da CAPES e não foram levados em conta outros descritores na busca para não abranger outros temas impertinentes, o que pode ter afastado outros artigos interessantes a esse estudo.

3. Resultados e Discussão

Através dessa pesquisa, se objetivou reconhecer o *status* da produção científica no Brasil no tocante a atuação em rede do poder público com as organizações da sociedade civil e o seu reflexo sobre o desenvolvimento local.

3.1 O tema de redes entre o público e o privado

Dentre as primeiras observações que podem ser feitas é que o tema das mais variadas redes é alvo de investigação por várias ciências (Barcelos; Eleutério; Giglio, 2015, p. 42), logo esse tema pode ser considerado importante em vários trabalhos acadêmicos, com especial destaque para o presente trabalho que retrata dentre outras coisas a natureza dessas ações coletivas.

O que se acompanhou, por outro lado, é que as contribuições científicas brasileiras sobre o tema de redes entre o público e o privado ainda se encontram incipientes, já que ainda não se verificou o avanço mais profundo na discussão sobre esse assunto (Barcelos; Eleutério; Giglio, 2015, p. 63).

Percebe-se, então, que em que pese ser alvo de constantes análises o tema das redes entre o poder público e as instituições sem fins lucrativos não é um campo de predominância paradigmática clara, o que se espera justificar o esforço para verificação das contribuições brasileiras sobre o seu conhecimento (Barcelos; Eleutério & Giglio, 2015, p. 42).

3.2 Governança em rede “político-solidária”

O mundo moderno vem continuamente sofrendo com profundas mudanças provocadas pela revolução da informática. Nesse espaço onde se encontram, também, as pessoas e as organizações todos somos afetados em razão da constante introdução de novas práticas de organização produtiva e gestão de Estado (Fontes, 2018, p. 3125).

Houve uma severa alteração nos modelos de gestão que se tornaram bastante complexos, o que demandou por consequência a criação de procedimentos analíticos que sejam adequados à diversidade de atores e arranjos possíveis entre estes.

Por essa nova forma de governar se exige muito de todos nós, especialmente para compreensão da necessidade de reflexão sobre a contribuição da sociedade civil nessas mudanças a nível global.

A criação de um terreno fértil para esse despertar exige que não se perca sentimentos associados à própria essência da relação humana, destacando-se, nesse ponto, a solidariedade que é um aspecto fundamental na construção dessas relações, já que sendo estabelecidas para atendimento de interesses mútuos, podem ser verdadeiramente entendidas como parcerias “político-solidárias”.

Assim, associada à noção política que a envolve, a solidariedade precisa necessariamente ser desenvolvida no âmbito das parcerias entre o público e o privado, já que, sob certo aspecto, as instituições enquanto seres despersonalizados são representados também por pessoas que, interagindo, construirão o modelo de parceria mais adequado.

O cidadão, então, como maior interessado no controle das ações do Estado e sua participação direta nas atividades estatais, por corolário, se mostra como o provável meio mais eficiente para garantir o cumprimento dessa função governamental que é a própria razão de existência dessa colossal máquina administrativa.

A integração entre todos esses atores deve servir para a base da nova governança, cada vez mais eficiente e inclusiva, ao passo que a cooperação entre Estado e sociedade civil permite ressoar vozes nunca antes consideradas (Fontes, 2018, p. 3125).

Assim, buscar no campo privado o aproveitamento das entidades sem fins lucrativos em benefício do setor público se mostra uma oportunidade ímpar, especialmente ao se permitir o aproveitamento de serviços sem o acréscimo da margem de lucro das empresas de mercado.

A nova gestão pública, então, conectada e dinâmica, deve se constituir em uma governança de redes complexas (Fontes, 2018, p. 3126). Logo, a produção teórica na busca pela explicação dos fenômenos de natureza diversa pode contribuir em enormidade para descrição desses fenômenos.

A formação das redes entre o público e o privado indica que elas podem ser frutos dos mais variados interesses, como as redes de governança em saúde, considerada de grande utilidade, já que permite captar com mais acuidade as complexas relações entre os atores (Macedo et al., 2016, p. 3126) e o desenvolvimento de uma cadeia produtiva na área do turismo pela criação de uma rede entre o poder público e a própria rede hoteleira (Luca & Silva, 2015, p. 157).

Dos artigos pesquisados, se observa que a expressão “governança em rede” ou “gestão social” não se apresenta como um tópico presente na grande maioria dos artigos, sendo que o tema “redes”, por sua vez, está citado por diversos pesquisadores. Com certa cautela, então, é possível compreender que realmente o tema “gestão social” ainda não é um tema sem grande penetração nos periódicos nacionais (Peres JR & Pereira, 2014, p. 228), mas insista-se, aqui, que guarda ligação estreita com o objeto de estudo, já que tem por origem e motivação o interesse comum traduzido no desenvolvimento social, o que a aproxima da noção de gestão pública (Peres JR & Pereira, 2014, p. 229).

O que se conclui, enfim, é que os novos caminhos da gestão pública, inegavelmente, exigem que se faça sua aproximação ao modelo de gestão social, especialmente na vertente de administração pública societal, o que lhe poderá conferir uma dimensão social da gestão, na qual a gestão de ações coletivas atende a finalidade pública esperada (Peres JR & Pereira, 2014, p. 229).

Dessa forma, é necessário, cada vez mais, o clareamento da visão míope de ser o Estado detentor exclusivo da prestação direta dos serviços públicos para acolher definitivamente a perspectiva de interação interorganizacional como tendência inescapável do mundo moderno conectado, que se apresenta como uma necessidade proeminente do Poder Público, o que, inclusive, não pode ser tratado como fato novo, já que desde a década de 1990 tem se integrado as parcerias às práticas governamentais (Lima *et al.*, 2017, p. 243).

3.3 Redes interorganizativas e o desenvolvimento local

As relações interorganizativas podem se referir a qualquer espécie organizativa, onde duas ou mais organizações (públicas, não públicas, com ou sem finalidade lucrativa) colaboram para atender objetivos comuns (Lima *et al.*, 2017, p. 240).

Vários são os fatores aos quais podem se fundamentar uma rede interorganizativa, como a entrada em mercados; co-especialização; co-aprendizagem; custos de transação; entrada em mercados incertos e também serviços de utilidade pública (Lima *et al.*, 2017, p. 242).

No caso das parcerias públicas com entidades sem finalidades lucrativas o desenvolvimento local tem se apresentado como objetivo principal na criação e elaboração de redes interorganizativas, despertando o interesse por estudos de casos de modo a verificar a importância real dessas redes de atuação para a população da área contemplada.

A construção de uma rede por atores das áreas pública e privada sem fins lucrativos se mostra positiva aos interesses de ambos, ficando demonstrando que o poder de investimento e financiamento público, bem como ações de incentivo diversas se mostram muito importantes para viabilidade do projeto, o que gera, na maioria dos casos, mudanças regionais econômicas, socioculturais e, até mesmo, ambientais.

Em um cenário de crise econômica, financeira e, principalmente, de credibilidade política a atração da participação popular pelas suas mais variadas formas tende a acrescentar grande valor às ações de governo na implementação de políticas públicas.

Como veremos a seguir, a formação de redes entre diversos atores públicos e privados poderá, então, viabilizar a realização de uma série de atividades de interesse comum que dificilmente seriam realizados caso fossem planejados de forma individualizada.

3.4 A rede interorganizacional no assentamento vale do amanhecer – ava

Cunhada pela necessidade de melhorar o desempenho comercial dos produtores de castanha do Pará na cidade de Juruena, noroeste do Estado do Mato Grosso, foi criada uma rede interorganizativa no Assentamento Vale do Amanhecer - AVA. A rede instituída desenvolveu elos de colaborativos entre a Cooperativa de Produtores Rurais do Vale do Amanhecer (COOPAVAM), a Associação de Mulheres Cantinho da Amazônica (AMCA), a Associação de Desenvolvimento Rural de Juruena (ADERJUR) e a FUNAI (Lima *et al.*, 2017, p. 241).

As parcerias realizadas permitiram a configuração de um grupo integrado a partir de uma troca recíproca de apoio na concretização de seus interesses, sendo que a sua existência permitiu, inclusive, a busca de recursos para atendimento de demandas sociais nos órgãos de fomento governamentais.

Vários projetos na mesma configuração em rede foram realizados no AVA, sendo que os resultados indicaram que esse modelo de configuração proporcionou maior sustentabilidade das práticas de trabalho colaborativas, o que vai ao encontro das políticas de desenvolvimento local (Lima *et al.*, 2017, p. 257).

3.5 A rede interorganizacional do artesanato

Veja, já inicialmente, que o artesanato bordado filé foi reconhecido como patrimônio cultural imaterial do estado de Alagoas, já sendo desenvolvido há muitos anos pela atuação em rede dos produtores, Estado, dentre outros atores, a partir da organização da produção artesanal (Lobato, Da Silva, Rodrigues, 2019, p. 457).

O artesanato é uma das atividades mais antigas do mundo proporcionando, assim, o sustento histórico a milhares de famílias ao longo do tempo.

No caso dos produtores alagoanos da feira do artesanato bordado filé a tomada de ações coletivas através da configuração de uma rede importou em melhor posicionamento da disputa comercial por seus atores diretos, através da demonstração de relações de poder que não causam submissão com outros grupos produtores ou outros atores de natureza produtiva diversa (Lobato, Da Silva, Rodrigues, 2019, p. 471)

Sob essa análise é possível verificar que as ações coletivas são capazes de produzir empoderamento a partir de sua configuração.

3.6 A rede articulada pelo conselho nacional dos direitos da pessoa idosa

Criado em 2002 pelo Governo Federal, o Conselho Nacional da Pessoa Idosa cumpre importante papel da garantia de articulação entre o governo e a sociedade civil para concretização da sua política pública (Souza & Machado, 2018, p. 3190).

A criação de conselhos dessa natureza possui um rastro legal, já que impulsionados pela própria proteção constitucional, reverenciada como a “Constituição Cidadã”, exige uma real participação social no direcionamento de recursos para políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Sua composição, então, reclama representantes do campo público e privado, de modo a garantir o equilíbrio nas suas decisões e a paridade na participação pela sociedade civil frente ao Poder Público.

A articulação inaugurada aqui, pode ser entendida como uma espécie de rede integrada entre o poder público e a sociedade civil, pelo que é importante reconhecer o valor desses conselhos participativos, especialmente quando se tem verificado avanços institucionais nas últimas décadas no Brasil no tocante as políticas para os idosos (Souza & Machado, 2018, p. 3198)

Esses mecanismos constitucionais de participação social tem comprovado, então, que a articulação com o poder público é capaz de promover a influência de atores não governamentais sobre as ações do Estado, pelo que precisam ser cada vez mais fortalecidas (Souza & Machado, 2018, p. 3199).

4. Considerações Finais

Reconhecendo a importância da atuação em rede entre os setores público e privado diante de um mundo globalizado em que a associação de atores diversos produz resultados mais favoráveis em comparação a atuação individualizada, o objetivo deste trabalho foi verificar a produção científica sobre a atuação em rede do poder público com as organizações da sociedade civil com vistas ao desenvolvimento dos locais contemplados nos projetos estabelecidos.

Dentre as ideias que mais se destacam nos artigos a articulação dos atores em “rede” ou colaboração “interorganizacional” foram as mais presentes, com pouco destaque para outros temas como “gestão social” que na visão deste subscritor esta intrinsecamente ligado ao tema.

Os resultados foram favoráveis à defesa da implantação e configuração de redes nas mais variadas áreas setoriais, indicando que além de serem capazes de gerar o desenvolvimento local, empoderam os grupos organizados da sociedade civil, além de possuírem a possibilidade real de ingerência nas ações do Estado de modo a fazer sua modificação ou adequação para melhor atender aos interesses coletivos.

Experiências como a do Assentamento Vale do Amanhecer - AVA, a rede de produção artesanal e a participação nos conselhos representativos devem ser em muito levadas em consideração, já que revelam como os diferentes resultados experimentados podem se

traduzir ao final em melhoria da qualidade de vida das pessoas por elas afetadas, tanto direta, quanto indiretamente.

O que se observa, assim, é que o novo modelo de gestão pública exige mais do que colocar o cidadão como centro da atividade administrativa, reclamando que haja uma participação efetiva deste na execução de diversos serviços estatais, já que se demonstrou que há dados concretos que indicam que o aproveitamento desta relação em muito contribui para melhoria da qualidade de vida das pessoas, da comunidade e do próprio Estado de maneira geral.

Referências

Andion, C., Ronconi, L., Moraes, R. L. Gonsalves, A.K.R., Serafim, L.B.D (2017) Sociedade civil e inovação social na esfera pública: Uma perspectiva pragmatista. *Revista de Administracao Publica*, 51(3): 369–387, 1 maio 2017.

Baião, A. L.; Peci, A., Costa, C. C. M. (2015) Parcerias Entre Estado e Sociedade Civil na Perspectiva do Capital Social. *Organizações & Sociedade*, 22(74): 345–365, set.

Barcelos, E. J. B. V., Eleutério, R. L., Giglio, E. M. (2015) Análise Crítica Das Contribuições Das Teses Brasileiras Sobre O Tema De Redes. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 16(1): 41.

Souza, M., Machado, C. V. (2018) Governance, intersectorality and social participation in public policy: The national council on the rights of the elderly. *Ciencia e Saude Coletiva*, 23(10): 3189–3200.

Fontes, B. A. S. (2018) Social networks and health governance. *Ciencia e Saude Coletiva*, 23(10):3123–3132.

Gattai, S., Bernardes, M. A. (2013) Papel e responsabilidades da universidade no processo socioeducativo presente em movimentos de economia solidária. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 14(6):50–81, dez.

Gonçalves, T. D., Grzybovski, D., Mozzato, A.R, Toebe, C.S. (2017) Contradições no agir do voluntário nas organizações da sociedade civil: ensaio teórico à luz da sociologia pragmática

francesa. *Cadernos EBAPE.BR*, 15(4):900–913.

Krieger, M. G. M., Andion, C. (2014) Legitimidade das organizações da sociedade civil: Análise de conteúdo à luz da teoria da capacidade crítica. *Revista de Administracao Publica*, 48(1):83–110.

Laville, Jean-Louis (2016) Repensando o espaço público e a economia: contribuição da economia solidária à teoria da democracia. *Organizações & Sociedade*, 23(78):369–377, set.

Lima, A. M., Baggenstoss, S., Froehlich, A.G., Silva, J.J. (2017) Colaboração Interorganizacional e o Desenvolvimento Socioeconômico Regional. *Holos*, 2:239.

Lobato, C., Da Silva, R., Rodrigues, A. L. S. (2019) Sociomaterialidade, Poder e Conexões em Redes de Ação no Organizar do Artesanato Sociomateriality, Power and Connections in the Action Nets in. the Handcraft Organization. Disponível em: <<http://rac.anpad.org.br/http://doi.org/10.1590/1982-7849rac2019180042>>.

Luca, C. A. B., Silva, J. L. G. (2015) Estudo da concentração da Cadeia de Serviços no Município de Campos do Jordão - SP. *DRd - Desenvolvimento Regional em debate*, 5(1): 140–179.

Macedo, A. S. Alcântara, V.C., Andrade, L.F., Ferreira P.A. (2016) O papel dos atores na formulação e implementação de políticas públicas: dinâmicas, conflitos e interesses no Programa Mais Médicos. *Cadernos EBAPE.BR*, 14(n. spe):593–618, jul.

Mansur, Y. S., Teodósio, A. S. S. (2016) Participação das organizações da sociedade civil na cooperação Sul/Sul: em busca de um modelo de análise nos estudos em administração. *Cadernos EBAPE.BR*, 14(3):676–694, set.

Mendonça, P., Falção, D. S. (2016) Novo Marco Regulatório para a realização de parcerias entre Estado e Organização da Sociedade Civil (OSC). Inovação ou peso do passado? *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 21(68):11 abr.

Mostagi, N. C., Pires, L.L., Mahnic, C.L.P., Santos, L.M.L.(2019) Banco Palmas: inclusão e

desenvolvimento local. *Interações (Campo Grande)*, 20(1):111, 21 mar.

Penteado, C. L. C., Santos, M. B. P., Araujo, R. P. A. (2014) Democracia, sociedade civil organizada e internet: Estratégias de articulação online da Rede Nossa São Paulo. *Sociologias*, 16(36):206–235.

Peres JR, M. R., Pereira, J. R. (2014) Abordagens teóricas da Gestão Social: uma análise de citações exploratória. *Cadernos EBAPE.BR*, 12(2):221–236.

Santos, L. M. L., Oliveira, B. C. S., Rocha, J. C. M. (2013) O perfil do terceiro setor na cidade de Londrina: mapeando as organizações do terceiro setor. *Interações (Campo Grande)*, 14(1):37–51, jun.

Souza, M. T., Silva, M.D., Carvalho, R. (2010) Integrative review: what is it? How to do it? *Einstein (São Paulo)*, 8(1):102–106.

Tripodi, Z. F., Souza, S. Z. (2016) A governança em rede na regulação da educação básica mineira: quem governa o quê? *Educação em Revista*, 32(4):297–321, dez.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Pedro Henrique Dutra – 50%

Ciro Meneses Santos – 20%

Carlos Alberto Dias – 15%

Agnaldo Keiti Higuchi – 15%